

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Uma Perspectiva de Mudança da Prática

Associação Educacional Leonardo da Vinci
Curso de Especialização em Psicopedagogia
Sandra Regina Maiola Busarello

Associação Educacional Leonardo da Vinci
Professor Orientador
Giancarlo Moser

RESUMO

O presente trabalho dispõe sobre avaliação da aprendizagem no processo de construção do conhecimento. O ato de avaliar faz-se presente em qualquer metodologia utilizada. Cada pedagogia tem um modelo de avaliação que, às vezes, não é compreendido na sua essência devido à superficialidade com que é estudado. A avaliação diagnóstica é um instrumento para auxiliar professor e aluno no desenvolvimento da aprendizagem. O “erro” é compreendido como articulador de novos saberes, e a “zona de desenvolvimento proximal”, como a unidade de medida para compreender a lógica que a criança está formulando.

PALAVRAS-CHAVE: erro “construtivo”, mudança da prática e respeito à diversidade.

INTRODUÇÃO

O ato de avaliar está presente em todas as atividades de sala de aula. A clareza do ato é que nem sempre está implícita para todos os que fazem parte do processo.

Argumentos como baixo salário, excesso de aulas para ministrar e poder sobreviver, salas de aula superlotadas, ausência de recursos didáticos mais sofisticados, entre outros, distanciam o educador da sua função social, excluem da discussão pontos realmente imprescindíveis, fazendo desaparecer da fala assuntos pertinentes à melhoria da qualidade de ensino, como um planejamento de qualidade e uma avaliação inclusiva.

Optar por uma avaliação exige que se defina o tipo de mundo que se quer ter. Pode-se perpetuar o status-quo como também pode-se transformar a sociedade, sendo que por trás do tipo de avaliação está o tipo de homem que se pretende formar: submisso ou autônomo, que apenas se submete a pensamentos ou que pensa por si mesmo.

Há muito se vem trabalhando com uma avaliação autoritária. Como a maioria dos educadores são frutos dessa prática, têm dificuldade de redimensioná-la.

Fundamentação teórica para uma prática libertadora existem várias. O conhecimento superficial dessas teorias muitos educadores têm. Entretanto, para transformar o que está impregnado é preciso uma análise crítica do que se está fazendo e de suas conseqüências, bem como um estudo profundo para que não se desista na primeira barreira. De acordo com a PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA (1998, p.88):

“O conhecimento no âmbito da escola exige, antes de mais nada, uma mudança de postura que só pode advir de um trabalho crítico em que as pessoas concernidas

possam tomar suas próprias decisões. Desse ponto de vista, se o aluno pode e deve aprender, o professor também deve engajar-se nesse processo, e aprender antes e durante o seu trabalho.”

Ao se entender a avaliação como um elemento fundamental para que o aluno se aproprie de conhecimentos e habilidades para ser cidadão com pensamento próprio, com poder de decisão e ciente das conseqüências de sua tomada de decisão, tenta-se romper com anos de autoritarismo, de alienação e de permanência de poucos com poder de decisão e de muitos com a obrigação da obediência.

Dá-se outra conotação para o erro que, até então, era entendido como ausência de saber elaborado e como responsável pelo fracasso escolar. Passa-se a compreender que todo erro tem uma lógica, e que para chegar àquela conclusão teve uma seqüência, baseada numa compreensão que tem de mundo e nas inferências que circundam aquele ato pedagógico.

A AVALIAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

As tarefas relacionadas no processo de ensino-aprendizagem não são isoladas nem independentes; constituem uma atitude política. Fazem parte do cotidiano dos sujeitos na escola e, em momento algum, devem ser avaliadas isoladamente, muito menos desvinculadas da realidade, do contexto social em que estão inseridas.

O pequeno mundo do educando deve ser um livro aberto para o educador pautar sua prática, planejá-la e repensá-la sempre que sentir necessidade de modificá-la.

Esse conhecimento somente dar-se-á se o educador estiver aberto para ouvir e entender que tudo o que se faz está a serviço de um modelo de sociedade; daí a importância de se ter claro que tipo de homem se pretende formar e que tipo de sociedade se quer ter. De acordo com FREIRE (1983, p.11):

“A tradição pedagógica insiste ainda hoje em limitar o pedagógico à sala de aula, à relação professor-aluno, educador-educando, ao diálogo singular ou plural entre duas ou várias pessoas. Não seria esta uma forma de cercear, de limitar a ação pedagógica? Não estaria a burguesia tentando reduzir certas manifestações do pensamento das classes emergentes e oprimidas da sociedade a certos momentos, exercendo sobre a escola um controle não apenas ideológico (hoje menos ostensivo do que ontem), mas até espacial?”

O educando, ao deixar do lado de fora dos “muros da escola” o seu conhecimento, o que é capaz de fazer e/ou, até, o seu desconhecimento, suas dificuldades, está inviabilizando o diagnóstico para o educador poder tomar as medidas necessárias, para dar um direcionamento plausível à sua prática pedagógica.

O diagnóstico, segundo LUCKESI (1994, P.82), “*instrumento auxiliar da aprendizagem e não um instrumento de aprovação ou reprovação dos alunos*”, dá aos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem uma base sólida para fundamentar sua prática.

A avaliação efetiva dá-se durante o processo, o tempo todo, nas relações dinâmicas da sala de aula que orientam as tomadas de decisões subseqüentes referentes ao conteúdo, à metodologia, a estratégias e, até mesmo, estratégias de verificação de aprendizagem para desenvolver em todos os que fazem parte do processo a autonomia governada por seus próprios pensamentos, para que todos consigam sozinhos buscar a informação e transformá-la em conhecimento. Segundo DANIELS (1994, p.221), “*Os processos e o desenvolvimento cognitivos são resultado de interações sociais e culturais tais, que todos os processos psicológicos são, inicialmente, sociais e só mais tarde tornam-se individuais.*”

AValiação: INCLUSIVA OU EXCLUSIVA?

Ao socializar que conhecimento cada membro da sala tem sobre determinado assunto, ao agir com diversas fontes de informações, sejam elas decorrentes da língua escrita ou da oral, da linguagem culta ou coloquial, está-se ampliando o universo cultural de cada um, levando-o a se transformar em um indivíduo competente, sabedor do que fazer com o conhecimento que construiu e de onde poderá buscar mais informações para clarear a idéia que não ficou tão evidente.

A análise da oralidade, das manifestações que o aluno traz, é ponto crucial ao planejamento do próximo passo para o andamento do processo. De acordo com LUCKESI (1994, P.164):

“Planejamento da atividade pedagógica como atividade coletiva. A atividade de planejar é uma atividade coletiva, uma vez que o ato de ensinar na escola, hoje, é um ato coletivo, não só devido à nossa constituição social como seres humanos, mas, mais do que isso, devido ao fato de que o ato escolar de ensinar e aprender é coletivo.”

O diálogo entre todos (alunos, pais, professores, direção) faz dos sujeitos aliados e parceiros, com a clareza da função de cada um em específico, do que é comum a todos no processo e de onde cada um deve chegar para facilitar o desenvolvimento da aprendizagem.

A relação professor/aluno/conhecimento vivida na sala de aula tem implicações na inclusão ou exclusão do educando no processo ensino-aprendizagem.

Um educador deve estar atento à participação de todos os alunos, especialmente àquele excluído, que foi oprimido pelo uso da avaliação autoritária, que tinha que emitir respostas prontas, exatas, que tinha que pensar igual, que é fruto de uma avaliação disciplinadora de “condutas sociais”, que, por medo, deixa de emitir sua opinião, o que pensa, como pensa, e que fica fora do processo. De acordo com SOARES (1995, p.73):

“Assim, o que a escola comprometida com a luta contra as desigualdades pode fazer é vitalizar e direcionar adequadamente as forças progressivas nela presentes e garantir às classes populares a aquisição dos conhecimentos e habilidades que as instrumentalizem para a participação no processo de transformação social. Uma escola transformadora é, pois, uma escola consciente de seu papel político na luta contra as desigualdades sociais e econômicas, e que, por isso, assume a função de proporcionar às camadas populares, através de ensino eficiente, o instrumento que lhes permitam conquistar mais amplas condições de participação cultural e política de reivindicação social.”

PARTICIPAÇÃO DO PROFESSOR NA DISTORÇÃO NA AVALIAÇÃO

A escola que tem claro no seu Projeto Político Pedagógico que sociedade pretende que saia dali, tem também definido com clareza o tipo de avaliação que deve ser adotado para atingir a filosofia por ela proposta e os meios para aprimorar a apropriação desse conhecimento e avançar. Mesmo assim, não é capaz de realizar as mudanças que propõe, porque, segundo VASCONCELLOS (1998, p.39), “a escola é para ensinar, mas não a todos e sim aos que ‘têm condições’ e que querem ou ‘merecem’ (os eleitos).”

A criança que, no seu mundo, tem contato com a diversidade cultural, que convive com uma língua “cultura”, continuará no processo. A que vem com um mundo reduzido de informações, com seus direitos básicos reduzidos, com vontade de participar, mas sentindo a diferença, sentindo-se impotente perante os demais, percebendo que é inferior, tendo atitudes

de submissão para não se expor e receber uma resposta negativa em relação à sua atitude, será excluída.

A escola, ao excluir de uma vida digna com suas necessidades básicas atendidas, coloca, à margem, uma gama de cidadãos, que passa a lutar para sobreviver, não se importando com a qualidade de vida que deveria ter.

Enquanto está se preocupando em conseguir o mínimo para não padecer, não tem tempo nem está instrumentalizado para se incluir como um cidadão que tem, também, o direito de aprender.

A ação docente, no sentido de fortalecer ou transformar as concepções dominantes na escola, evidencia-se pelo seu comportamento, que nega ou estimula a valorização da palavra e do conhecimento de seu aluno, característica da sua classe social.

Na escola, essa negação é impeditiva para que o aluno seja capaz de se apropriar da língua escrita e, portanto, de novos conhecimentos.

O saber que o aluno traz é desvalorizado, inviabilizando a articulação necessária entre o que já sabe e o que precisa aprender, impedindo, assim, que novos saberes se construam. Os conhecimentos elaborados e acumulados historicamente por sua classe social adquirem a aparência de ignorância.

Aquele que teve acesso sente-se o máximo, que é capaz, que esse é o seu campo; em contrapartida, o que foi excluído vai compreendendo que não é capaz, que o que está sendo “ensinado” não serve para ele, que é muito difícil...Encontra tantos obstáculos que, cedo ou tarde, se convence de que desistir é a melhor opção, cristalizando, no seu entender, que nasceu “ignorante” e que no mundo dos sábios não há espaço para ele.

Compreender que precisa lutar para ocupar esse espaço fica ainda mais distante, pois a informação lhe escapa mais uma vez, e a interação volta a ser aquela anterior à sua entrada na escola.

SUPERAÇÃO DA LÓGICA CLASSIFICATÓRIA

As crianças das classes populares encontram enormes barreiras no cotidiano escolar. Seu comportamento é associado à falta de educação; seus valores são contraditórios ao que é proposto pela escola; seus conhecimentos não são considerados ou são tratados como desconhecimento; sua realidade deve ser deixada de lado para que, em seu lugar, uma outra, sob o modelo das classes dominantes, seja construída.

Na escola, cotidianamente, a criança vai se reconhecendo como a que ignora o conhecimento que ali está e, portanto, aprendendo e vendo justificada a subalternidade a que é submetida.

O desempenho escolar das crianças se articula ao processo de seleção e exclusão social. Cria-se a ideologia de que os bons alunos alcançarão, em função dos seus méritos pessoais, as melhores posições sociais.

Pela mesma lógica, os que fracassam são responsabilizados pelo seu próprio fracasso. Fracassam por falta de méritos individuais. Esse desempenho é avaliado de acordo com uma concepção do saber como absoluto, que concentra todo poder.

Ao se tratar o conhecimento a partir de um único referencial, avalia-se como demonstração do saber apenas a coincidência daquilo que é dito pela criança com o que lhe foi ensinado.

Quanto mais fidedigno for ao que foi estudado, mais alta será a nota; quanto melhor for a nota, sentir-se-á mais inserido no processo, mesmo não tendo a compreensão de que o “outro” está decidindo por ele, de que o está ajustando para servir e bem atender aos anseios da minoria.

A nota pode ser usada para atender a muitos objetivos do educador, menos o de ensinar. Com a nota pode ameaçar. Usando seu poder de coerção, pode tentar disciplinar, pôr ordem na turma. Isso pode estagnar o processo de construção do conhecimento, porque o

aluno passa a estudar para tirar uma boa nota e não para se apropriar do saber. Pode o educador, até, marcar um aluno para o resto da vida: convencê-lo de que é competente e de que é capaz ou, ao contrário, pode matar todo o seu interesse em usufruir do saber e ter uma vida mais digna.

O aluno que recebe sucessivas vezes uma nota baixa se convence de que é incapaz e de que não terá chances para se sentir bem na relação ensino/aprendizagem. De acordo com VASCONCELLOS (1998, p.40):

*“A base da lógica discriminatória encontra-se na sociedade de classes, que sustenta um sistema de ensino seletivo (que acaba sendo mediatizado pela escola e pelo professor). A sociedade atual está, como nunca, baseada na concorrência e na competição, incorporando a **pedagogia do mérito**: só se valoriza os vitoriosos, os bem sucedidos.”*

NOVA OPORTUNIDADE PARA O ALUNO APRENDER

Quando recebe uma nota “vermelha”, o que chama a atenção do aluno é apenas a nota, nem passando pela sua mente verificar o que acertou e o que errou.

A ênfase dada a essa nota tira todo o enfoque da aprendizagem. De acordo com LUCKESI (1994, p.45):

“Jocosamente, poderíamos dizer que um aluno numa escola de pilotagem de Boeing pode ser aprovado com o seguinte processo: aprendeu excelentemente a decolar e, portanto, obteve nota 10 (dez); aprendeu muito mal a aterrissar e obteve nota dois; somando-se os dois resultados, tem-se um total de doze pontos, com uma média aritmética no valor de 6 (seis). Essa nota é suficiente para ser aprovado, pois está acima de 5 (cinco) exigidos normalmente. É o mínimo de nota. Quem de nós (eu, você, e muitos outros) viajaria com esse piloto?”

O professor, ao fazer uma média, põe na balança o que o aluno compreendia no início do desenvolvimento de determinado conteúdo com o que aprendeu, desconsiderando que, no final, sabe aquele conteúdo.

Portanto, a última nota mostra onde ele está, de onde deveria partir para uma complexidade maior ou para um conteúdo diferente. Mas se tem como referência apenas a nota, nem percebe o que de fato está acontecendo, o que está acertando, o porquê do que está errando, o porquê de não ter alcançado o que estava determinado.

O “erro” passa a ter uma conotação negativa, o que não deve acontecer na escola, porque, ao errar, está reforçando que ele “é” incompetente.

É preciso ter em mente que o erro é inevitável no processo de aprendizagem, que é através dele que a criança pode vivenciar e expressar seu real processo de aprendizagem/desenvolvimento.

Mostra que compreensão tem do que está sendo estudado, por que tem aquela compreensão; com a inferência de “outros”, associada à sua análise, poderá “corrigir”, reestruturar, elaborar uma nova idéia, construir novos conhecimentos. Segundo HOFFMANN (1999, p.62-3):

“A postura do professor frente às alternativas de solução construídas pelo aluno deveria estar necessariamente comprometida com tal concepção de erro “construtivo”. O que significa considerar que o conhecimento produzido pelo educando, num dado momento de sua experiência de vida, é um conhecimento em processo de superação. A criança e o jovem aprimoram a sua forma de pensar o

mundo à medida que se deparam com novas situações, novos desafios e formulam e reformulam suas hipóteses.”

Ao invés de olhar para a nota, que para nada serve, é preciso observar os conhecimentos que tinha, que “aproximações” já pode fazer no sentido de se apropriar do novo.

“Parceiros mais competentes” auxiliam a compreensão do “vir a ser”. Quando uma criança mostra o que pensa, não importando se certo ou errado, pode ser auxiliada com a interação de um adulto ou de outra criança que já domina determinado conhecimento a fim de tornar aquele conteúdo compreendido pela criança que estava atenta. É nessa troca que a aprendizagem pode ocorrer.

A colaboração entre colegas tem papel significativo no processo. O pensamento é fortalecido pela fala, a qual ajuda a criança a estruturar seu conhecimento, a dar pistas sobre a compreensão que tem de si, sobre a realidade e sobre as interferências positivas que pode receber para se desenvolver.

Um adulto atento pode fornecer informações para a criança, tendo sempre como ponto de referência as informações que a mesma dá, para avançar na direção de modelos adultos presentes em uma prática culturalmente apropriada.

Na interação com adultos, a criança aprende quando lhe é dada a oportunidade de colaborar nas atividades.

Quando passa a executá-las terá uma probabilidade maior para completar a tarefa com êxito. De acordo com VIGOTSKY *apud* DANIELS (1994, p.235):

“Acreditamos que uma característica essencial da aprendizagem é que ela cria a zona de desenvolvimento proximal, isto é, a aprendizagem desperta uma variedade de processos de desenvolvimento internos, que só tem condições de funcionar quando a criança está interagindo com pessoas em seu ambiente e em cooperação com seus colegas. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte da realização do desenvolvimento independente da criança.”

O êxito escolar se constitui em processo de reelaboração do que é conhecido, de incorporação de novas informações e de reorganização da atividade mental, da qual a aprendizagem é, dialeticamente, causa e efeito.

O termo avaliação, muitas vezes, reporta o educando ao medo, ao limite de ação, ao enquadramento num determinado tempo e espaço. Para transformar essa imagem, o professor precisa respeitar a criança, considerando seu mundo “biopsicosocial”, compreendendo que cada ser é único com as marcas da sociedade capitalista, com seus direitos básicos cerceados, e, principalmente, com o direito de ser feliz.

Entendendo que avaliação não é uma atividade “neutra”, o professor deve respeitar o conhecimento que cada aluno traz, trabalhando para torná-lo consciente de seus atos, de suas escolhas e de suas conseqüências na sociedade ou para a formação de uma sociedade mais igualitária, onde sendo respeitado aprende a respeitar.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM : PARA ALÉM DO AUTORITARISMO

A concepção problematizadora da educação advém de uma pedagogia fundamentada numa concepção bancária de educação, onde predominam o discurso e a prática nos quais o sujeito da educação é o educador, e os educandos são vistos como recipientes a serem preenchidos , sendo que aquele deposita conteúdos por ele ministrados e estes os memorizam e os repetem.

Essa é uma prática totalmente verbalista, dirigida para a transmissão de conhecimentos apenas e não, à construção de conhecimentos. Tem como conseqüência uma

avaliação de conhecimentos abstratos, numa relação vertical de poder, sendo que o conhecimento é fornecido de cima para baixo e de forma autoritária, onde manda quem sabe.

Dessa maneira, o educando se torna um ser passivo, autômato, não incluso no processo ensino-aprendizagem, recebendo a “doação” do saber, paternalisticamente, por parte do educador.

Esse tipo de educação pressupõe um mundo harmonioso sem conflitos, sem contradições, objetivando a domesticação dos educandos.

Por um outro lado, esse tipo de educação pretende a reprodução e a conservação de uma sociedade; por isso, propõe e pratica uma adaptação e uma acomodação do educando ao mundo que o cerca.

Segundo essa concepção, o conhecimento não pode advir de um ato de “doação” que o educador faz ao educando. Faz-se necessário que o educador ofereça ao educando meios pelos quais possa ser sujeito desse processo, voltado para as perspectivas e possibilidades de transformação de uma sociedade e não, objeto de ajustamento.

Uma avaliação preocupada com a transformação social deverá estar atenta aos modos de superação do autoritarismo, estimulando o estabelecimento da autonomia do educando. De acordo com FREIRE (1987, p.68):

“Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas.”

A atual prática da avaliação escolar estipula como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser construtivamente. Com a função classificatória, a avaliação constitui um instrumento estático e frenador do processo de crescimento; na função diagnóstica constitui-se num momento dialético para avançar no processo de desenvolvimento da ação, no crescimento da competência e da autonomia.

Quando a avaliação perde seu significado construtivo e traduz as aspirações de uma sociedade delimitadamente conservadora, exacerba a autoridade e oprime o educando, impedindo com isso o seu crescimento.

Sendo assim, a avaliação, da forma como vem sendo exercida, passa de um instrumento dialético e se transforma em um instrumento disciplinador da história individual de crescimento de cada um, servindo, ainda, como mecanismo mediador de reprodução e de conservação de uma sociedade.

A avaliação da aprendizagem deve ser usada como um meio e não, como um fim em si mesma, estando delimitada pela teoria e pela prática que a circunstancializa.

Assim, é possível entender que a avaliação não se dá e nem se dará num vazio conceitual, mas, sim, dimensionada para uma visão de mundo e de indivíduo que se quer ter traduzida na prática pedagógica.

A avaliação da aprendizagem deve estar a serviço de uma pedagogia que nada mais é que uma concepção teórica da sociedade.

O que pode estar acontecendo nos dias de hoje é um exercício da prática da avaliação da aprendizagem de uma forma, até, ingênua e inconsciente, como se fosse uma atividade neutra, postura que indica uma certa defasagem na compreensão e no entendimento da prática social.

A atual prática da avaliação da aprendizagem dá um entendimento teórico de conservadora da sociedade e da educação. Para propor um rompimento de seus limites, tem-se que, necessariamente, situá-la num outro contexto pedagógico, ou seja, tem-se que colocar a avaliação da aprendizagem a serviço de uma pedagogia preocupada com a educação e que a entenda como mecanismo de transformação social.

A prática da avaliação da aprendizagem deve estar preocupada e atenta aos modos de superação do autoritarismo para, com isso, estabelecer a autonomia do educando, pois o novo modelo social exige a participação de todos.

Nesse contexto, a avaliação da aprendizagem escolar deverá manifestar-se como um mecanismo de diagnóstico da situação, tendo em vista o avanço e o crescimento do educando e não, a estagnação disciplinadora.

Portanto, a avaliação não pode ser uma ação mecânica; ao contrário, deve ser uma atividade racionalmente definida, dentro de um encaminhamento político e decisório em favor da competência de todos e da participação democrática na vida em sociedade.

CONCLUSÃO

Estar informado, trocar idéias com os colegas de trabalho, aprofundar a teoria, ser coerente com a prática, aceitar a diversidade cultural, respeitar os companheiros de trabalho pelo questionamento de sua prática e contribuir para melhorá-la, podem ser atitudes que auxiliem na definição da proposta pedagógica.

Importante, também, é saber diferenciar a idéia e a pessoa que pensou para evitar os atritos pessoais.

Bom seria se todos tivessem em mente a melhoria da qualidade da educação e, como consequência, da sociedade, deixando de lado as divergências pessoais e superficiais que o sistema capitalista impõe para perpetuar a existência de dominantes e dominados.

Quanto mais dominados, mais fácil será para “administrar”, sendo que, com rédeas curtas, tomam-se decisões, às vezes até absurdas, que prejudicam a coletividade em nome do desenvolvimento e do fortalecimento do dominante.

Um educador comprometido com sua prática educacional tem na avaliação uma atividade bem definida, fundamentada, com um encaminhamento político, onde a participação e a decisão competente de todos para a participação igualitária na sociedade estão sempre presentes.

Partindo das experiências de vida que a criança traz do seu pequeno mundo, considerando que o erro faz parte do processo, que é a forma que tem que compreender a lógica da criança, que a interação com um adulto ou com um “parceiro mais competente”, respeitando seu universo cultural, estar-se-á encaminhando para o sucesso da criança na vida social.

Apesar de alguns educadores terem um posicionamento crítico em relação à avaliação e a suas consequências sociais, apesar de que está explícito na lei que a avaliação qualitativa deve ser superior à quantitativa, sempre se depara com o excesso de burocracia, com a necessidade de atribuir uma nota ou um conceito; a idéia de quantificar está tão enraizada que se faz um programa de computador comum, o qual limita a tomada de decisão dos educadores.

Dá a importância de, pelo menos, os educadores terem clareza de que precisam conhecer mais a fundo as teorias para poderem argumentar e convencer os legisladores de que, para o bem de todos, existe uma proposta melhor.

BIBLIOGRAFIA

DANIELS, Harry (org.). *Vygotsky em foco: pressupostos e desdobramentos*. 3ª Edição, Campinas, SP: Editora Papirus, , 1997.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 12ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 17^a edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação: Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista*. 27^a Edição, Porto Alegre: Mediação, 1999.

LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. 3^a edição, São Paulo: Cortez, 1996.

SANTA CATARINA. *Proposta Curricular de Santa Catarina*. Florianópolis: COGEN, 1998.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma proposta social*. 13^a edição, São Paulo: Editora Ática, 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação – Do “É proibido reprovar” é preciso garantir a aprendizagem*. 2^a edição, São Paulo: Editora Cadernos Pedagógicos do Libertad – 5, 1998.